

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Caminhos e descaminhos do trabalho na cidade.

Maria Helena Tenório de Almeida.

Cita:

Maria Helena Tenório de Almeida (2009). *Caminhos e descaminhos do trabalho na cidade. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/191>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/RCv>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Caminhos e descaminhos do trabalho na cidade

Maria Helena Tenório de Almeida

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mhtenorio@uol.com.br

1- Introdução

O presente texto exprime o segundo momento do projeto de pesquisa “Percurso e Astúcias da Desigualdade” que, em sua primeira fase explorou o desemprego no Rio de Janeiro, via agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Os resultados dessa fase da investigação demonstraram que nos interstícios das trajetórias das populações entrevistadas, disseminavam-se, de modo explícito ou não, e de forma consentida ou não, formas de trabalho não assalariadas e precarizadas que acabaram se consubstanciando como um modo de vida, embora envergonhado, para a maioria dos entrevistados. Essas e outras conclusões serviram de ponto de partida para uma nova cartografia da investigação modelando a segunda fase da pesquisa, no eixo da relação Cidade – Trabalho – Desigualdade. Nesse eixo, sugere-se que a cidade, enquanto lugar de concentração de atividades, tanto de alto como de baixo escalão, afirma-se, quer como espaço de articulação de uma economia formal-submersa, quer como lugar de expressão de diferenças cada vez mais contundentes das desigualdades. Tal modulação do mundo do trabalho, desenvolvendo-se em base às exigências de circulação do capital, dá visibilidade a uma população que reage aos limites da fábrica para absorvê-la. Inventando formas de sobrevivência setores de população cada vez mais ampliados, transgridem

as regras de normalização públicas, utilizando equipamentos e espaços públicos como lugar, ora de venda da sua força de trabalho, ora de comercialização de produtos gerados fora e dentro do espaço doméstico. Isso permite formular o pressuposto segundo o qual, a luta contra o capital hoje, ganha sentido em um progressivo deslocamento dos trabalhadores do mundo da fábrica para o espaço da cidade, mediado pelo mundo privado. Essa tese é problemática, mas como lembra Harvey (2004), o que acontece quando as fábricas se tornam tão fluidas que dificultam quando não impossibilitam a organização permanente e quando grande parte da força de trabalho se torna temporária ou eventual? Nessa ótica o autor parece sugerir, embora sutilmente, um deslocamento do conflito do mundo da fábrica para o espaço da cidade, instaurando, no local, uma disputa pelo espaço público que põe em ação controles sociais e políticos; expressos no chamado planejamento urbano, esses dispositivos deixam de fora, a participação de cidadãos comuns nas decisões sobre o seu habitat o que, talvez, explique o processo de apropriação- reapropriação do espaço público, em parte, objeto de análise nesse trabalho.

2. Problematização do trabalho na cidade

A exposição não se detém na performance da pesquisa; nessa perspectiva, após desenhar o campo de reflexão que dá sentido a investigação e os dilemas teórico-práticos abertos com o trabalho na cidade, tenta compreender a prática da camelotagem na cidade do Rio de Janeiro. Nessa chave reflete sobre a intervenção do governo na cidade problematizando a possibilidade de qualquer cidadão, intervir no espaço onde ele mora e habita. Pressupõe-se, em primeiro lugar, que a noção de cidadão ganha força a partir do desenho de um campo de luta e de relações de poder conformadas na cidade, em um contínuo embate entre a memória e o esquecimento que repõe, continuamente, o problema da política. Destarte isso se dá em um jogo perene de luz e sombra onde ele, ora aparece aos outros para ser visto e ouvido, ora desaparece deixando em seu lugar um vazio que denuncia o empobrecimento da vida pública (ARENDDT, 1993). Esse jogo rememora a história conflituosa do processo de cidadania colocando no centro da reflexão a questão do Esquecimento da política (NOVAIS, 2007). Tomando como referência à questão urbana e o exemplo do Rio de Janeiro, é possível dizer que esse fenômeno está no bojo do chamado Planejamento Estratégico afirmando a vitória do “empresarialismo” em detrimento do “Movimento Nacional pela Reforma Urbana”, que desembocou na Constituição de 88. Em uma análise de Ana Fani A. Carlos (2001), o Planejamento Estratégico reduz a cidade a sua forma física

e justifica-se no registro do Caos com base no discurso da necessidade de ordenação e higienização do espaço. Esse discurso é histórico; presente nas primeiras intervenções que se fizeram na cidade do Rio de Janeiro ele desembocou na reforma Pereira Passos, no início do século XX (OLIVEIRA, 2002), expulsando para a periferia da cidade setores de população pobre que aí viviam e trabalhavam. No curso da história o que se viu foi um aprofundamento desse olhar enviesado, o qual aparece hoje, no signo da Cidade-Espectáculo. Tal metáfora traduzida no crivo das parcerias público-privadas renova as distâncias entre os pólos do maravilhoso e do caos, apontando no sentido da cidade como pura representação do valor de troca. Isso produz um estranhamento do homem em relação ao espaço que passa a ser visto por ele como algo externo, ou como pura forma. Essa modulação do olhar segundo Santos (1996), produz no organismo urbano “áreas ‘luminosas’”, onde habitam os ricos e “zonas opacas” onde vivem os pobres.” Ora, isso modela uma razão elitista, promotora da exclusão (BAUMANN,1999), que, atuando no registro do Esquecimento da política, faz do Estado mero gestor de uma visão econômica discriminadora. A prática dessa gestão consolida-se hoje no que H. Arendt (op.cit) chama de administração doméstica coletiva onde o Estado dá lugar a uma mera administração pública. Sugere-se que o Planejamento estratégico do Rio de Janeiro reduz mesmo a política a esse tipo de gestão, produzindo uma leitura redutora da política entendida como a parte dos que não têm parte (RANCIERE, 1996). Dá-se assim um choque entre o espaço que se produz como valor de troca e aquele que se produz como valor de uso. Como sugere Ana Fani (op. cit.) “... o uso se realiza por meio do corpo e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros da civilização.” (p.213). No entrecruzamento de espaços, opera-se o confronto entre uma dimensão utilitária e outra, afetiva e simbólica que ganha expressão no espaço local; se a primeira remete a idéia de uma compressão espaço-tempo, a segunda evoca, no dizer de Milton Santos (2004), um tempo lento. Pensando nos dois tempos esse autor demarca um conflito entre eles a partir da economia, em cuja dimensão observa o que chama de circuito superior e circuito inferior. Tais circuitos se identificariam, quer pelo conjunto de atividades que desenvolvem em seus respectivos contextos e pelos setores de população que congregam, quer pela capacidade de consumo que demonstrem. Seja como for, o circuito superior define-se melhor na temporalidade do processo de acumulação do capital, enquanto o inferior tenta ainda se manter no ritmo da experiência, no mundo vivido. É nesse mundo que o desejo de cidade bem expresso no desejo de política, modula a tensão Global-local, indicando a presença de uma contradição no processo de mercantilização do local, onde se movem os agentes situados no circuito inferior. É aí que ganham expressão as práticas de resistência ou táticas que se armam no território contra a ordem estabelecida (CERTEAU, 1995), tensionando a disputa por projetos de futuro no plano do

local (RIBEIRO, 1986). O desejo de cidade parece ganhar sentido assim, na apropriação do Espaço em uma relação com a produção da vida ou com a produção da humanidade do homem (CARLOS, op.cit). Sob esse ângulo realiza-se uma espécie de dialética entre a fugacidade do tempo e um tempo mais lento próprio do local; potenciado pelo desenvolvimento técnico-científico, o novo, atraído pelo poder sedutor das mercadorias, vira um afrodisíaco (SANTOS, 2004). Dá-se aqui um encontro entre a reflexão de Santos e a de Walter Benjamin (apud. ROUANET,1992), para quem esse afrodisíaco, cada vez que é aplicado ao novo, transforma este em sucata; produzidas de modo célere, as coisas são velhas desde o início e mais: este é um processo que se impõe, também, ao campo da cultura, aos valores culturais. Entretanto, tal perspectiva, não deve levar a suposição de um desencanto da razão em Benjamin. Ao contrário, para esse autor, é necessário potenciar “o machado agudo da razão”, para não sucumbir aos perigos do mundo natural. Ora, não é essa razão que Milton Santos evoca quando se refere à força dos “homens lentos” no espaço para resistir ao “prático inerte”? Assim, para os dois autores, não é a técnica que subtrai a liberdade do homem, mas o uso dela. Logo, ambos trabalham com a idéia de liberdade ou de autonomia da política. Não é disso que se trata quando Santos (2004) argumenta que o uso do espaço tem de ser disputado a cada instante em função da força de cada qual? Pode-se, sugerir que entre o tempo lento potenciador da solidariedade e o tempo breve que dá os rumos da ação pragmática e da competitividade, Milton Santos ouve o eco da “consciência histórica” captada por Walter Benjamin (apud. MATOS,2007) na revolução de julho de 1830 em Paris; então, na primeira noite de combate, o cronômetro do tempo que media o frio cálculo é derrotado através de tiros simultâneos nos relógios públicos espalhados em lugares diferentes da cidade, talvez para recuperar a força da história lenta, na recuperação da política.

3. A Título de conclusão: Um Olhar Analítico sobre a Camelotagem no Rio de Janeiro

É possível pensar a experiência dos trabalhadores de rua do Rio de Janeiro no registro de uma história lenta? Estariam esses trabalhadores, na invasão quase predatória que fazem do espaço público, denunciando, sem saber, a perversidade do capital enquanto trazem a público uma luta pelo “direito de ter direito”? Nesse registro talvez ganhe sentido uma ponderação de Ana Clara Torres Ribeiro (op.cit.), segundo a qual já que não é possível negar o modelo de mercado pode-se redefini-lo como socialmente necessário. Ela dá ênfase a utilidade social do trabalho desenvolvido no pólo que Santos chamou de circuito inferior. Nesse espaço as práticas, autorizariam, em tese, o

consumo daquela parte da população que não pode ter acesso aos produtos gerados no circuito superior. Se for assim, no bojo desse processo pode estar embutida a possibilidade de um reconhecimento social dos atores que aí vêm se constituindo, os chamados homens lentos, na medida em que eles responderiam a uma demanda real que se constitui no campo do consumo. Ora, sabe-se que as práticas sociais que se exercem nesse circuito, embora se constituam como alternativas fracas ao desemprego, não entram na pauta do direito a cidade, mas ficam restritas as necessidades do mercado onde a lei que predomina é a da oferta e da procura. Em sendo assim, pode-se talvez, argumentar que “a polifonia” que vem das ruas, constitui-se mais como um ruído e não como formações capazes de articular outras vozes no sentido de uma saída alternativa a um entendimento susceptível de incluir, como parte, aqueles que não têm parte. É verdade que a visibilidade que eles ganham com o aparecimento no espaço, público, modula um campo possível de cena pública. Entretanto, os agentes dessas práticas, são, para a sociedade, o espelho de uma realidade que ela quer esquecer. Ora, se for assim é possível ponderar que tais práticas, submetidas à lógica do mercado, embora dêem visibilidade aos que não têm parte, podem se fechar na rotina das transformações econômicas banalizando a experiência. Claro que isso relativiza a força do “sonho utópico” que parece modular a perspectiva de Santos antes indicada. Tornando-a ainda mais problemática é possível perguntar se a inserção subordinada e secundária dos chamados homens lentos no mercado, não remete a uma unilateralidade simplista que desliza de modo silencioso sobre os fatos sem fazer um repto ao sujeito, diferentemente do que Santos sugere. Essas ponderações, mais que indagações, se adensam com o comportamento do Estado. Nessa chave, parece lugar comum dizer que o olhar do Estado, incidente sobre essa população, atualiza-se na perspectiva do controle e da vigilância, sob a justificativa da necessidade de instituir normas de regulação do espaço público. Em outros termos, parece aprofundar-se a visão do Estado gestor onde a ação instrumental, denunciada por H. Arendt (op.cit), com vistas a nivelar a cidade às metrópoles mundiais, privilegia o seu braço coercitivo, bem expresso em uma política de segurança, orquestrada sempre que os agentes do circuito inferior ameaçam se rebelar. No caso, polícia e política se misturam (OLIVEIRA, 2007) e a diferença entre violência e Estado desaparece; ambas passam a justificar uma à outra, fazendo a política refém de um Estado de Emergência ou de exceção como querem outros (AGAMBEN, 2002). Nessa ótica não há mais política, mas tecnicidades e dispositivos foucaultianos. Esses estudiosos vão à contra-mão de Milton Santos, o que serve para ancorar as ponderações acima sobre as possibilidades de uma ação política a partir do chamado circuito inferior cujo ator seria o homem lento. Na verdade a violência, sob formas diversas, satura a vida do trabalhador de rua, no caso específico dos camelôs. Aí, para além do corpo, ela se traduz também no campo do simbólico uma vez que é, sobretudo, na ausência do

direito ao trabalho que ele se sente atingido. No caso, o poder simbólico do trabalho aparece no signo da dignidade, usado sempre como uma espécie de proteção contra a criminalização bem como pela emissão de um discurso, em princípio, favorável a regulação. Esta, eles supõem, poderia livrá-los da prepotência do guarda municipal percebido como seu principal inimigo. Contra este, os camelôs, fazem um exercício de vigilância permanente e, nesse registro, vão inventando formas de solidariedade pontuais que, se podem, em uma chave utópica ser consideradas como “casamatas” de um coletivo, têm a finalidade imediata de criar nichos de proteção contra o controle do poder do governo da hora. Em outro registro, pode-se dizer que ele vive a experiência de criar formas de resistência ocasionais; estas podem se definir em termos de táticas e ou astúcias para proteger os seus produtos dos guardas municipais, denunciando com o seu próprio corpo a ausência de uma política capaz de viabilizar a sua integração ao mundo do trabalho. Entrando na camelotagem, em sua maioria, para resolver o problema do desemprego e da precarização do trabalho, esses trabalhadores enfrentam os obstáculos jurídicos ao seu exercício descobrindo, na prática, como conviver com as astúcias do capital, andando, por assim dizer, na cola dele. Aí, os seus movimentos são movidos pela velocidade de tal modo que, algumas vezes um CD nem chegou às lojas e já se encontra nas suas bancas, ou podem ser medidos pela presteza com que armam e desarmam suas esteiras nas ruas para fugir da guarda municipal. Do mesmo modo é de notar a ligeireza com que eles se apropriam das tendências da moda, quase adivinhando o desejo de consumo dos transeuntes e ou, como apreendem a geometria da cidade para identificar os fluxos mais favoráveis à venda dos seus produtos; sujeitos às vicissitudes do tempo e do espaço, eles marcam uma espécie de tele-presença instantânea na cena das ruas podendo aparecer e desaparecer como fogo fátuo, ao menor ruído da presença dos representantes da ordem. Ao mesmo tempo, o trabalho intensivo de 12-16 horas por dia, aliado ao aproveitamento de uma mão de obra, cada vez mais volumosa e disposta a trabalhar a qualquer preço, reproduz os padrões dominantes de divisão de trabalho, onde são privilegiados aqueles que conseguem conquistar um lugar “formal” nunca seguro, na medida em que a legislação é facilmente substituída pelo senso comum daquele que a aplica. Além disso, a relação de trabalho que satura a atividade desenvolvida na rua, integrada no circuito inferior, reproduz aquela própria ao circuito superior. Assim, não é infrequente a presença de trabalhadores com uma carga de ocupação de 60 horas e mais por semana, onde “os direitos de papel” são a indicação mínima da insegurança dominante nas suas vidas. Ao mesmo tempo é possível notar como esses “aventureiros das calçadas” parecem movidos por uma energia singular; fazendo do corpo veículo das suas mercadorias eles chegam a brincar com o jogo de esconde-esconde que precisam explorar no seu dia a dia, mesmo porque o direito a ocupar um pedaço de calçada é muitas vezes disputado, não apenas ao poder controlador mais também, aos próprios

companheiros. Dessa astúcia depende, na maioria das vezes, a sua sobrevivência e, outras vezes, uma renda a mais para manter um certo padrão de vida. Para além disso observando o vai e vem que é a vida desses trabalhadores e a persistência que demonstram para manter-se no mercado apesar dos obstáculos e da insegurança a que estão expostos, é possível sonhar ou acreditar como H. Arendt na capacidade da ação humana: se eles impõem, a sua presença na sociedade, delimitando aí um espaço de aparecimento, lutando pelo direito de ter direito ao próprio trabalho, eles, obrigam a sociedade a olhar para eles, mesmo que seja para reprimi-los; Imprimindo nos seus gestos uma relação dialética entre o sofrimento e a alegria, esses trabalhadores parecem recusar os discursos ordenadores e disciplinadores da razão instrumental, que, com seus dispositivos de dominação definem quem pode e quem não pode ocupar o espaço público; paradoxalmente, muitos deles fazem da rua, para além de um lugar de trabalho, um lugar de encontro onde se tecem redes de amizade e solidariedade. De qualquer modo pode-se, talvez, dizer que esses trabalhadores sem lugar expressam o paradoxo que satura a sociedade hoje: o não equilíbrio entre a velocidade das transformações que afetam nossa vida cotidiana e as convenções compatíveis com elas, que dariam lugar a política. Apesar disso, entre um passado que parece escapar sobre o domínio da tecno-ciência e do poder silencioso das biotecnologias que ameaçam com a antropofagia do criador pela criatura, uma visão otimista como a de Milton Santos, pode nos ajudar a não desistir; sobretudo quando ele sugere que o que nos faltam são as antenas para captar o movimento de vida que reflui das novas territorialidades criadas por milhões de pessoas em circulação nos espaços da vida. De outro modo, na tensão entre as aporias do tempo e a polifonia da cidade, é possível esperar como Cornélia Eckert, (2005), que, entre os jogos da memória e do esquecimento a experiência da diversidade e da coexistência no espaço urbano, aponte para o vitalismo da vida coletiva.